Jornal
ACMinas

Ano XLIV - Nº 1242
out/nov de 2025

Marcos Troyjo: "Na empresa Brasil, precisamos entender nossa posição no mundo"

Em palestra, o economista e ex-presidente do Banco dos BRICS, Marcos Troyjo, analisou as crises geopolíticas atuais e destacou como o Brasil pode transformar a "policrise" global em uma "polioportunidade", desde que saiba reconhecer suas forças e seu papel estratégico no cenário mundial.

Pág 12

Quem se preparar em 2025 sai na frente na Reforma Tributária

Mudanças profundas no sistema de impostos exigem das empresas ação imediata: planejamento, atualização tecnológica e integração entre as áreas contábil, jurídica e financeira.

Pág 17

Criar, evoluir e prosperar: o novo mindset do empreendedor mineiro

Pesquisa mostra que a inovação já faz parte da rotina de mais da metade dos pequenos negócios em Minas Gerais. O movimento reflete uma nova mentalidade empreendedora, guiada pela criatividade e pela escuta ativa do cliente. Pág 8

2

3 Editorial
Artigo Presidente

4 Segurança Cibernética
ACMinas participa do 1º Seminário da Rede Estadual de Incidentes Cibernéticos

5 Acontece
Audiência pública para atualização do Código Civil e Direito Digital

6 Conselhos em Ação
De Empreendedora Visionária a Gestora Estratégica

7 Networking
Encontro de Negócios ACMinas reúne empresários em evento produtivo

8 Capa
Em Minas Gerais, 72% dos empreendedores consideram a inovação essencial para não fecharem as portas

10 Parceiros do Futuro
Fórum de Lideranças debate estratégias para o desenvolvimento de Minas Gerais

12 Seminário Permanente
"Na empresa 'Brasil', precisamos entender nossa posição no mundo" Marcos Troyjo aborda crises globais e oportunidades para o país

15 Conselhos em Ação
Aplicabilidade de leis transnacionais é tema de debate

16 Conselhos em Ação
A importância da integração do jovem no mercado de trabalho

17 Economia
Empresários precisam se antecipar para enfrentar a Reforma Tributária de 2026

21 Eu, Associado
Eu, Associado

22 Conselhos em Ação
Vendas e Liderança em foco no CONVIDA ACMinas Jovem

23 Artigo
Estamos preparados para o tsunami digital da Inteligência Artificial?

Expediente

Presidente
Cledorvino Belini

Presidente de Honra
José Alencar Gomes (in memorian)

Vice-presidentes
Adriana Rocha Macena Sampaio
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Eliane Maria Ramos de Vasconcellos Paes
Gustavo Matos de Figueirôa Fernandes
João Henrique Café de Souza Novais
José Epiphânio Camillo dos Santos
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Marcos Brafman
Modesto Carvalho de Araújo Neto
Paulo Sergio Ribeiro
Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz
Ruy Barbosa de Araújo Filho
Sérgio Bruno Zech Coelho
Wagner Furtado Veloso

Editora Responsável
Gabriela Carvalho
Reg. Prof.: MG 13549 JP

Projeto Gráfico
Nicolle Medina Mota

Diagramação
Viviane da Silva

Repórter
Xavana Jacqueline Alves

Estagiário de Jornalismo
Paulo Santos

Fotos
Fábio Ortolan

Publicidade
José Carlos Cruz (31) 3048-9566 (9560)
josecarlos.cruz@acminas.com.br

Publicação da Associação Comercial e Empresarial de Minas
Registro no 647 no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Belo Horizonte

Redação
Rua Paraíba, 1465, Sala 701, Savassi - Belo Horizonte - Minas Gerais, CEP: 30.130-141 (31) 3048 - 9566 (0715)
gabriela.carvalho@acminas.com.br

Impressão
Imagem Editora Gráfica
Contato: Jeremias - (31)99612-8363

Mais eficiência, mais investimento: o papel das privatizações no futuro de Minas

Cledorvino Belini
Presidente da ACMinas

O debate sobre privatizações volta a ganhar força em Minas Gerais diante da intenção do governo estadual de avançar, até o fim de seu mandato, na venda de algumas estatais. O tema desperta paixões e divergências, mas é importante que seja tratado de forma técnica e madura, com foco em resultados para a sociedade e não em ideologias.

Privatizar, quando bem planejado e conduzido, é um instrumento de eficiência e desenvolvimento. O Estado não precisa, e nem deve, estar à frente de todas as atividades econômicas. Seu papel é garantir políticas públicas, investir em áreas sociais e regular de forma equilibrada os setores estratégicos. Ao transferir a gestão de determinadas empresas para o setor privado, abre-se espaço para inovação, investimentos, agilidade e melhoria na prestação de serviços.

O Brasil já tem exemplos concretos de sucesso. Setores como telecomunicações, energia e mineração foram transformados após a entrada do capital privado. A expansão do acesso à telefonia e à internet, por exemplo, foi possível graças a um modelo que combinou privatização com regulação forte e metas de universalização. Esse é o ponto central: não é a natureza pública ou privada do prestador que define o sucesso, mas sim a qualidade do modelo, da regulação e da governança.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a privatização não é uma panaceia. Quando mal planejada, sem transparência e sem uma regulação eficiente, pode substituir um monopólio estatal por um monopólio privado: ineficiente, caro e descolado do interesse público. Privatizar por necessidade fiscal, sem um projeto de longo prazo, é um erro que tende a custar caro à sociedade.

Em Minas Gerais, as possíveis privatizações da Cemig e da Copasa trazem uma oportunidade histórica. Ambas são empresas sólidas e superavitárias, mas enfrentam limitações estruturais e orçamentárias para expandir investimentos em áreas que exigem rapidez e inovação. Setores como energia e saneamento pedem agilidade, capacidade de alavancar recursos e gestão moderna, fatores que o setor privado tende a oferecer com mais eficiência.

Em síntese, privatizar não é vender o patrimônio público, mas colocá-lo a serviço do cidadão com mais eficiência e responsabilidade. Quando o processo é bem estruturado, a sociedade ganha: o governo reduz despesas e foca em políticas essenciais; o empresário encontra ambiente mais competitivo e inovador e a população usufrui de serviços modernos, universais e sustentáveis.

Minas Gerais tem diante de si uma oportunidade de avançar com coragem, planejamento e diálogo. Privatizar com responsabilidade é apostar na eficiência, na transparência e no futuro.

ACMinas participa do 1º Seminário da Rede Estadual de Incidentes Cibernéticos

Debate promoveu reflexões para frear a curva ascendente de crimes digitais

"Vivemos em uma era em que a transformação digital trouxe avanços extraordinários para o ambiente de negócios, mas também desafios complexos para a segurança da informação. A crescente sofisticação dos golpes digitais exige de todos, setor público, setor privado e sociedade, uma atuação coordenada, estratégica e contínua", alertou o presidente da ACMinas, Cledorvino Belini, na abertura do 1º Seminário da Rede Estadual de Incidentes Cibernéticos: Segurança Cibernética e Proteção de Dados.

O evento visou apresentar o projeto Rede Estadual de Incidentes Cibernéticos e debater soluções para os desafios de segurança cibernética e proteção de dados nos órgãos públicos de Minas Gerais e foi realizado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp-MG).

Incidentes cibernéticos e provas digitais

A programação abrangente do seminário contou com a palestra do vice-presidente do Conselho Empresarial de Inteligência Artificial e Segurança Cibernética, advogado e especialista em direito e tecnologia, Alexandre Atheniense, sobre "Segurança digital em ação: Incidentes cibernéticos e provas digitais na prática".

De acordo com o palestrante, para se usar corretamente a Inteligência Artificial (IA), é importante ter padrões. "Se não existirem padrões formalizados, como, por exemplo, um manual de procedimentos operacionais padrões sobre a forma como a prova digital tem que ser tratada, certamente todo o processo de tratamento com a IA pode se tornar vulnerável".

"Quero propor a reflexão sobre alguns desafios; o primeiro que eu chamo de 'O problema da Caixa-Preta'. Quando usamos IA, sobretudo em redes neurais, não sabemos exatamente qual é o algoritmo que dá a explicabilidade de como aquela informação foi tratada", argumentou. "Já em 'rastreabilidade e explicabilidade', com o uso da IA, quanto mais explicação a gente fornece, fica mais transparente e com mais confiabilidade, mostrando que naquele processo de tratamento não houve nenhum viés, direcionamento, discriminação ou manipulação. Sem esse cuidado, certamente podem surgir alegações quanto à integridade da prova", acrescentou Atheniense.

O terceiro desafio apontado pelo advogado foi o 'Marco Regulatório'. "Essa portaria do Ministério da Justiça foi criada em junho de 2025, estabelecendo diretrizes para o uso da IA na segurança pública. Veja isso como se fosse uma diretriz para o caminho que o Sejusp poderá tomar no futuro quanto ao treinamento das provas digitais com o uso da IA", finalizou.

O presidente da ACMinas, Cledorvino Belini, destacou a importância da atuação conjunta entre os setores público e privado para fortalecer a segurança cibernética e a proteção de dados.

Audiência pública para atualização do Código Civil e Direito Digital

ACMinas foi representada em sessão com especialistas em Direito Civil

"É fato que as leis, quando necessário, devem ser mudadas, de modo cauteloso. Todavia, pela dimensão da empreitada, o que se pretende é um novo Código. Nenhuma lei pode ser generalista, nenhuma lei pode ser do tipo contempla tudo", declarou o ex-presidente da ACMinas e presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas (AMLJ), José Anchieta da Silva, em audiência pública para a inclusão do direito digital no Código Civil.

O advogado discordou de que o Código Civil esteja obsoleto e se manifestou contra a mudança do texto. Para ele, o projeto de Lei (PL) 4/2025 não representa modernização, mas sim a criação de uma lei nova. "Ao que me parece, pela dimensão da empreitada, o que se pretende é um novo Código", afirmou. Anchieta também considerou equivocada a ideia da inclusão de um livro sobre direito digital no projeto em discussão.

Presidido pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o PL 4/2025 dispõe sobre a atualização de mais de 900 artigos e inclui 300 novos dispositivos na norma que rege a vida civil, que entrou em vigor em 2002. Além do direito digital, a parte geral do novo Código Civil também esteve em debate na audiência pública promovida pela Comissão Temporária para Atualização do Código Civil realizada no Senado Federal.

De Empreendedora Visionária a Gestora Estratégica

Palestra de Édila Tais leva reflexão e prática de gestão ao Conselho da Mulher Empreendedora da ACMinas

Transformar ideias em estratégias foi o convite feito às empresárias durante o encontro promovido pelo Conselho Empresarial da Mulher Empreendedora da ACMinas - CEME. A palestra "De Empreendedora Visionária a Gestora Estratégica", conduzida pela educadora executiva de líderes, mestre em educação e neuropsicanalista Édila Tais, trouxe uma verdadeira consultoria em forma de diálogo, unindo autoconhecimento, método e gestão.

A presidente do Conselho, Adriana Macena, abriu o encontro com uma reflexão sobre coragem e mudança. "Às vezes, os passos mais firmes são dados com as pernas tremendo. Todas que estão aqui acordam diariamente para salvar seus negócios e não têm nada garantido. Mas o mais importante é a firmeza e a coragem, o que não quer dizer ausência de medo", afirmou.

Em sua fala, Édila destacou que a identidade da empresária é refletida diretamente na maneira como ela conduz o próprio negócio. "Não existe CNPJ forte com CPF fraco. O que você pensa sobre você impacta a sua empresa", provocou.

A consultora abordou também um tema ainda pouco discutido entre empreendedoras: a saúde mental. Com base em pesquisa da Endeavor/BID Lab (2024), ela revelou dados preocupantes — 88,2% das mulheres empreendedoras afirmam sentir ansiedade, 29,4% relatam ataques de pânico e mais de 76% consideram sua jornada estressante.

Para Édila, esses números evidenciam um alerta: a sobrecarga de funções e a crença de que é possível fazer tudo sozinha têm levado muitas mulheres à exaustão e à falência emocional.

Os cinco passos da transformação

A educadora apresentou um mapa de cinco pontos que define a jornada da empreendedora visionária rumo à gestora estratégica: ambiente, comportamentos, conhecimento, crenças e identidade.

- Ambiente: diz respeito ao cenário em que o negócio está inserido — economia, rotina e espaço de trabalho. "É importante não vender seus valores pelas tendências de mercado. O que te trouxe até aqui pode não te levar adiante", destacou.
- Comportamentos: envolvem o planejamento e a cultura empresarial. Édila reforçou a importância de substituir o improviso pelo método e o excesso pelo essencial.
- Conhecimento: abrange o desenvolvimento de competências em gestão, delegação e comunicação. "Você precisa saber fazer tudo, mas não ser quem faz tudo", alertou.
- Crenças: representam o sistema interno que limita o crescimento. "Enquanto você acreditar que controle é poder, sua empresa continuará refém da sua presença."
- Identidade: sintetiza o papel da líder. "A empreendedora constrói o seu negócio. A gestora estratégica constrói o futuro do negócio."

Encerrando o encontro, Édila convidou as participantes a refletirem sobre o que precisam começar, continuar e parar de fazer em suas empresas para fortalecer a gestão estratégica.

Encontro de Negócios ACMinas reúne empresários em evento produtivo

Novas parcerias e momento de networking foram destaques

Para garantir conexões estratégicas entre os empresários de Belo Horizonte, a ACMinas realizou uma nova edição do seu tradicional Encontro de Negócios. O evento contou com a presença de 25 empresas de diversos seguimentos e possibilitou que os participantes apresentassem suas empresas, produtos e serviços.

De acordo com a farmacêutica da Amphora Farmácia, Karina Pedras, o ambiente criado pela entidade foi acolhedor, dinâmico e muito profissional. "Foi uma excelente oportunidade para conhecer outras empresas, trocar experiências e fortelecer minhas conexões. Acredito que esse networking será muito valioso e trará bons resultados para o meu negócio, especialmente por abrir portas para parcerias e novas possibilidades de colaboração", avaliou.

Já para o CEO da SustentareCorp, Saulo Demicheli, participar do encontro pela primeira vez possibilitou criar conexões mais assertivas. "A troca que tivemos aqui na ACMinas fortalece muito o nosso olhar empreendedor, para que cada vez mais consigamos desenvolver novos produtos que caibam, principalmente, no orçamento e na aplicabilidade das empresas. Eu aconselho que todos participem desse momento", destacou.

O superintendente da ACMinas, Luis Paulo Costa, agradeceu a presença dos participantes e aproveitou para informar que novidades devem chegar em breve. "Estamos reformulando algumas parcerias para continuar cumprindo o papel de gerar benefícios para todos vocês, como nossos associados".

Em Minas Gerais, 72% dos empreendedores consideram a inovação essencial para não fecharem as portas

Pesquisa apontou impactos, benefícios e desafios para os pequenos negócios

A inovação se tornou fundamental para que os pequenos negócios se mantenham competitivos e sustentáveis. Prova disso é que, para 72% das pessoas que empreendem em Minas Gerais, a inovação é essencial para a sobrevivência do negócio. Os dados foram divulgados pelo Sebrae Minas, que entrevistou 848 proprietários de pequenos negócios de todo o estado.

O levantamento revelou que 56% desses empreendedores já inovaram em produtos, serviços ou processos e que 25% ainda pretendem inovar. Entre as empresas que já inovaram, os principais impactos positivos foram a melhoria da qualidade de produtos ou serviços (63%), atendimento (45%) e captação ou fidelização de clientes (35%). Apenas 4% citaram que não observaram nenhum impacto positivo.

De acordo com a presidente do Conselho Empresarial de Inovação e Indústria Criativa da ACMinas, Francis Aquino, esse resultado reforça, sobretudo, uma mentalidade mais consciente do empreendedor, aberto a inovar e que está experimentando novas formas de fazer e se desenvolver com o time dentro de casa. "Estamos acompanhando um movimento de transformação que evolui pautado pela criatividade, a partir da escuta atenta do

cliente, insight para o mix de produtos, uma nova forma de atender, negociar, se diferenciar e agregar valor".

Os tipos de inovação mais adotados pelos pequenos negócios envolvem ferramentas de marketing (49%), tecnologia (40%) e modelo de negócios (34%). Já as principais áreas em que as empresas têm buscado inovação correspondem ao marketing (41%), seguido por varejo (29%), TI e comunicação (26%) e inteligência artificial (16%).

Desafios para inovar

O estudo também apontou quais os principais desafios enfrentados pelas empresas para inovar. Para 70% dos empreendedores, a falta de recursos financeiros é o maior obstáculo, seguido pela falta de mão de obra qualificada (37%) e pela falta de tempo para idealizar e aplicar uma inovação (26%). Outro dado em destaque mostra que, entre as empresas que afirmaram já terem

"A inovação é uma jornada de melhoria contínua. Passar a ver o mercado com a mentalidade de inovação possibilita que o empreendedor antecipe movimentos, mapeie riscos e experimente melhorias com mais segurança", analisou Francis. "Temos que quebrar o paradigma de que inovação é apenas 'algo futurista' e focar no desenvolvimento, buscando identificar oportunidades para tornar os processos mais eficientes, criando valor e tornando o negócio competitivo", completou a presidente do Conselho Empresarial de Inovação e Indústria Criativa.

inovado, 94% citaram que não captaram recursos por meio de editais de fomento à inovação.

"Falta dinheiro para o projeto? Pesquise e participe de editais de fomento, como por exemplo o 'Compete Minas', gerido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que já investiu cerca de R$ 100 milhões em centenas de projetos aprovados, desde sua primeira rodada em 2022. Em Minas, gostamos de dizer que 'perto dos bons ficamos melhores' e isso reforça a urgência de se conectar com novos conteúdos e pessoas", concluiu Francis.

Fórum de Lideranças debate estratégias para o desenvolvimento de Minas Gerais

Iniciativa integra o projeto Parceiros do Futuro

"Nós não somos só um estado extrativista. Temos o segundo polo automotivo do Brasil, um dos maiores centros de desenvolvimento automobilístico, que produz engenharia para o mundo, a Embraer e o Google. Acredito que é um ponto de partida para acelerar esse desenvolvimento, pois já temos base para alavancar", foi com essa afirmação que o presidente da ACMinas, Cledorvino Bellini, abriu sua fala no primeiro Fórum de Lideranças.

Com a participação de lideranças de diversos setores para debater estratégias capazes de transformar o futuro do estado em ações concretas, o evento faz parte do projeto Parceiros do Futuro, idealizado pelo jornal Diário do Comércio em parceria com a empresa de consultoria Spine e ocorreu na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Para a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Goulart, as ações que precisam avançar envolvem as temáticas de educação, capital humano, inovação, integração entre universidades, empresas, governo e sociedade civil. "Minas Gerais faz muito e tem uma vocação enorme para o conhecimento e a inovação, mas é necessário que tudo isso seja mais bem articulado e divulgado. Não adianta só os mineiros saberem. Ao fazermos isso, acredito que a procura pelo nosso estado como uma referência será automática".

De acordo com o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto, os principais desafios do estado futuramente devem envolver inovação, sustentabilidade e infraestrutura. "Esses três pontos exigem recursos a longo prazo e condições adequadas para que o nosso setor produtivo tenha efetivamente o funding necessário. Temos feito um trabalho para trazer recursos internos e externos para irrigar o setor produtivo mineiro".

Falta de reconhecimento

A CEO da Tom Comunicação, Adriana Machado, aproveitou para manifestar sua frustração em relação à marca Minas Gerais. "As associações ligadas ao estado

não são de inovação, tecnologia, contemporaneidade e produção cultural sofisticada. Na cabeça das pessoas, não somos um estado de excelente educação, líder em patentes e inovação e muitas não sabem que o Google daqui é de engenharia, não comercial. A marca Minas precisa ser melhor pensada, estruturada e projetada para que as pessoas nos enxerguem com um grau de desejo".

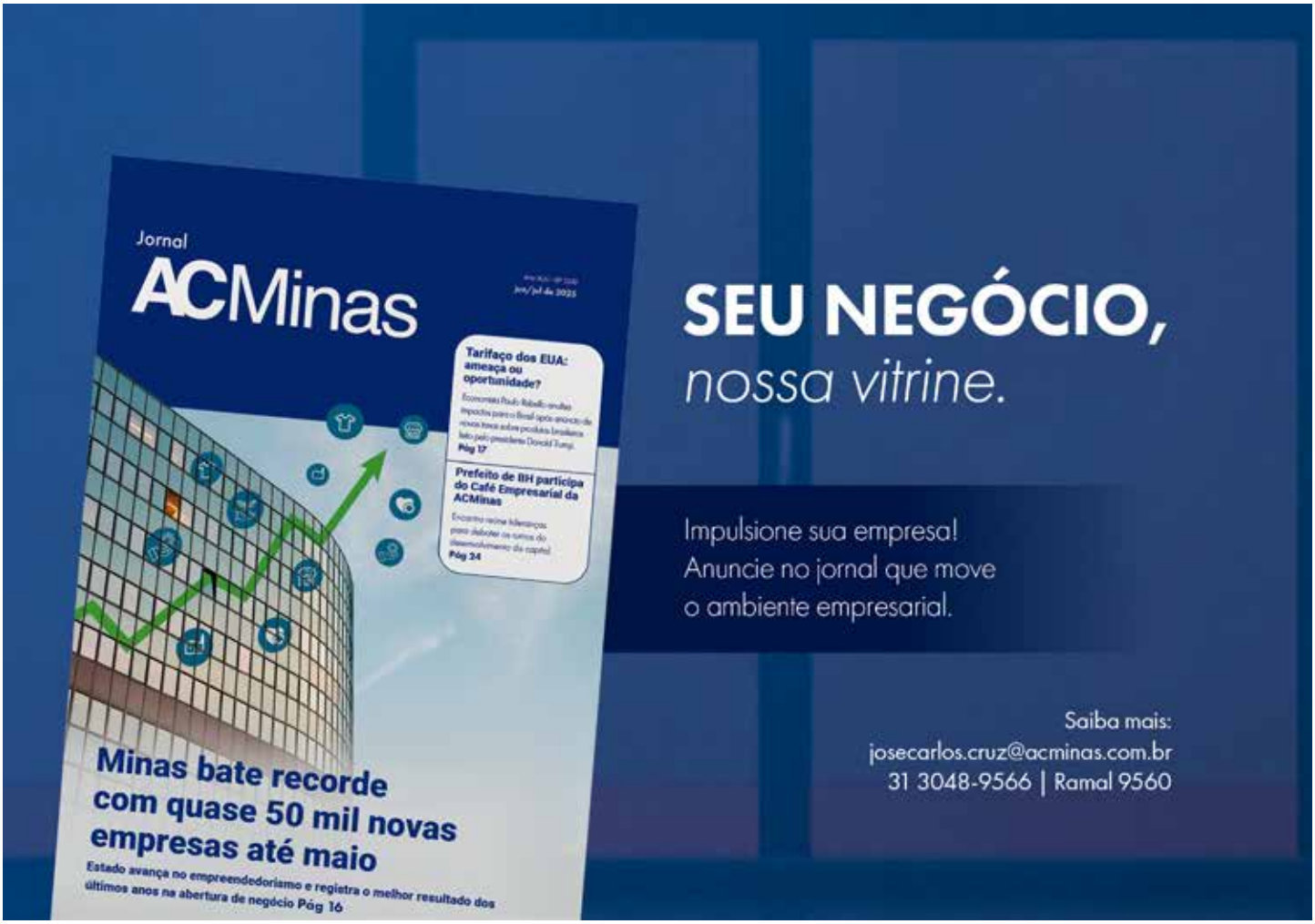
Já o CEO do BH Airport, Daniel Miranda, destacou a dificuldade em vender Minas Gerais para o Brasil e mundo. "Aumentar o número de estrangeiros no nosso estado tem sido um desafio para o aeroporto. Eu brinco que Minas não tem praia, mas tem alma, gastronomia, natureza, hospitalidade, cultura. Nós não valorizamos isso! Precisamos ter ambição de sermos gigantes, com metas desafiadoras e ter um plano de estado, e não de governo. Valorizar a construção coletiva e escutar as pessoas".

"Minha preocupação é a falta de continuidade, por sermos um estado e até país em que se destroem valores para se construírem novos em ciclos curtos. Precisamos pensar em iniciativas como essa que perpassam as eleições e criem continuidade, porque sem isso não existe planejamento que caminhe para a frente", contribuiu o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Carlos Arruda.

Iniciativa foi aprovada

Ao final do debate, a presidente e diretora editorial do Diário do Comércio, Adriana Mulls, celebrou a união de instituições mineiras em prol do desenvolvimento do estado. "O que fica desse primeiro encontro: é possível Minas se unir. Tivemos caminhos discutidos por um grupo seleto de lideranças que topou a ideia do Parceiros do Futuro e que entendeu esse ambiente como fundamental para a gente, com coragem e compartilhamento, construir o futuro de Minas".

Cada participante se comprometeu a trabalhar três eixos estruturantes em suas organizações: Diversificação da economia; Tecnologia verde e regeneração e Geração de riquezas de forma equilibrada. Além disso, as lideranças devem engajar outros líderes para o próximo encontro, ampliando a rede do projeto.



“Na empresa ‘Brasil’, precisamos entender nossa posição no mundo” Marcos Troyjo aborda crises globais e oportunidades para o país

O economista e diplomata Marcos Troyjo, ex-presidente do Banco dos BRICS, participou de palestra no Instituto dos Advogados de Minas Gerais, em parceria com a ACMinas, abordando as crises geopolíticas atuais e o papel do Brasil nesse contexto. O evento integra o Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro.

Logo no início, Troyjo contextualizou o cenário internacional, lembrando que as crises sempre acompanharam a humanidade. “Mesmo no Velho Testamento, as crises vieram uma após a outra. E o mesmo ocorre hoje: ainda vivemos os resquícios da Covid-19, somados às guerras na Europa e no Oriente Médio e às disputas comerciais entre China e Estados Unidos”, observou.

O diplomata definiu o momento atual como uma “policrise”, um entrelaçamento de crises simultâneas que moldam o novo panorama global. No entanto, ele destacou que esse cenário também pode ser visto como uma “polioportunidade” para o Brasil, desde que o país saiba compreender suas vantagens comparativas e estratégicas.

Para isso, Troyjo sugeriu um exercício simbólico: pensar o Brasil como uma empresa, analisando sua posição no mundo por meio da metodologia S.W.O.T., que avalia forças (strengths), fraquezas (weaknesses), oportunidades (opportunities) e ameaças (threats). “Há 20 anos falávamos em globalização e cadeias produtivas. Hoje, essa lógica foi substituída pela geopolítica. É preciso entender essa mudança para definir nosso papel”, afirmou.

Um dos pontos centrais de sua análise foi o fenômeno que chamou de “Trumplência”, expressão que une turbulência, opulência e incoerência. Segundo ele, as políticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao mesmo tempo em que geram instabilidade com sanções e tarifas, também reforçam o poder econômico norte-americano — mas trazem contradições ao buscar uma industrialização autárquica no país que mais concentra empresas multinacionais no mundo.

O diplomata alertou que a redução de impostos corporativos nos EUA para 15%, frente aos 32% do Brasil, é um fator de perda de competitividade nacional.

Troyjo também destacou a disputa entre China e o Ocidente e o papel crescente dos países emergentes (E7) na economia global. Ele prevê que, até 2035, o PIB chinês poderá gerar uma "nova Argentina" em ativos a cada nove meses, criando impactos diretos sobre o comércio internacional.

Ao projetar o futuro, o economista apontou que o aumento populacional em países como Nigéria, Índia e Indonésia impulsionará a demanda global por alimentos — um campo em que o Brasil tem potencial para liderar Uganda, Tanzânia, República Democrática do Congo, Estados Unidos e Paquistão.

"Temos fraquezas e ameaças, mas também forças e oportunidades únicas. O Brasil precisa se ver como uma empresa e decidir o que fará com seu futuro", concluiu.

A Justiça do Trabalho no dia a dia

Palestra do desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira encerra ciclo do Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro

O ciclo de palestras do Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro foi encerrado na última quinta-feira (24/10), com a exposição do desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, que abordou o tema "Os novos rumos da Justiça do Trabalho e suas repercussões no meio empresarial".

A reunião, realizada na sede da ACMinas, marcou o encerramento de dois anos de debates promovidos pelo Conselho Empresarial de Assuntos Jurídicos, sob a coordenação de José Anchieta da Silva, ex-presidente da entidade e um dos organizadores do seminário. Segundo Anchieta, todo o conteúdo apresentado ao longo desse período será compilado e lançado em formato escrito durante uma assembleia geral dos associados, em data a ser definida.

Prestes a assumir a presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG), Sebastião destacou a importância da Justiça do Trabalho e sua relação direta com o ambiente empresarial. "Sou juiz há 29 anos e meio e considero essa uma excelente oportunidade de apresentar a visão de um magistrado sobre o papel da Justiça do Trabalho. Nós também vivemos na sociedade, e compreender essa dinâmica é essencial para avançarmos nas reformas que o país tem discutido", afirmou.

Da "Civil Law" à "Common Law": a mudança de paradigma jurídico

Durante a palestra, o desembargador dividiu sua exposição em diferentes eixos — entre eles, a percepção da sociedade sobre a Justiça do Trabalho,

a litigiosidade excessiva, a morosidade processual e a era dos precedentes. O destaque, contudo, foi a transição do sistema jurídico brasileiro do modelo de Corte Superior de Justiça para o de Corte Superior de Precedentes, mudança que tem contribuído para reduzir o número de processos.

"O Brasil está migrando da 'Civil Law' para a 'Common Law', com a esperança de que a adoção dos precedentes traga estabilidade e previsibilidade às decisões. Caso contrário, Brasília estaria literalmente entupida de processos", observou o magistrado.

Sebastião lembrou que esse processo de modernização teve início em 2004, com o Pacto Republicano, que uniu os Poderes em busca de um Judiciário mais eficiente. A partir dele, surgiu a Emenda Constitucional nº 45/2004, que introduziu princípios como a duração razoável do processo, a criação das súmulas vinculantes e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 2009, o 2º Pacto Republicano reforçou esses compromissos e inaugurou o Princípio Constitucional da Inovação, que incentiva soluções criativas para desafios complexos. O resultado, segundo o desembargador, é expressivo: entre 2005 e 2025, o número de processos no Supremo Tribunal Federal (STF) caiu de 150.000 para 19.455, uma redução de 130,595. "A estratégia do Judiciário para 2026 é consolidar o sistema de precedentes obrigatórios, garantindo previsibilidade e segurança jurídica à sociedade", destacou.

Litigiosidade e desafios da Justiça Trabalhista

Apesar dos avanços, Sebastião alertou que a Justiça do Trabalho ainda enfrenta desafios significativos, como o elevado número de ações. Entre os fatores que contribuem para esse cenário, o desembargador apontou a informalidade no mercado de trabalho e a recorribilidade excessiva.

"Hoje, cerca de 60 milhões de brasileiros sustentam 153 milhões que estão em trabalhos informais ou não trabalham. Essa informalidade alimenta a litigiosidade e, de certa forma, é até tolerada no país", afirmou.

Além disso, práticas empresariais inadequadas também impactam o sistema. "A falta de fiscalização, a precarização em nome da redução de custos, o chamado ilícito lucrativo e comportamentos tóxicos de gestores são fatores que contribuem para o aumento das ações trabalhistas", acrescentou.

O magistrado ainda mencionou a chamada 'cultura da recorribilidade crônica' no Brasil, caracterizada pela tentativa constante de reverter decisões judiciais. "Não há ônus para quem recorre excessivamente, o que sobrecarrega o sistema. Além disso, há incentivos econômicos que mantêm essa prática, como juros baixos e remuneração advocatícia atrelada à produção de peças processuais", concluiu.

Com uma abordagem técnica e reflexiva, a palestra de Sebastião Geraldo de Oliveira encerrou o ciclo de debates, reforçando a importância do diálogo entre o Poder Judiciário e o meio empresarial para aprimorar a segurança jurídica e a produtividade no Brasil.

Aplicabilidade de leis transnacionais é tema de debate

Conselho Empresarial de Assuntos Jurídicos recebe especialistas e, juntos, discutem impactos de legislações internacionais e suas implicações para o empresariado brasileiro

O Conselho Empresarial de Assuntos Jurídicos da ACMinas promoveu um debate sobre a aplicabilidade de leis transnacionais e os efeitos que essas normas podem ter no cotidiano empresarial brasileiro. O encontro, conduzido pelo presidente do conselho, Tulio de Souza, teve como convidados os advogados e doutores em direito Lorena Bastianetto e Gustavo Silva, que compartilharam suas perspectivas sobre a influência de legislações estrangeiras, como a Lei Magnitsky, no cenário jurídico nacional.

Ao abrir o encontro, Tulio contextualizou o tema, destacando a recente repercussão da Lei Magnitsky, que prevê sanções econômicas a agentes envolvidos em corrupção ou violações de direitos humanos. "As pessoas imaginavam que uma decisão estrangeira nunca poderia afetar a vida cotidiana, mas aqui estamos", afirmou, ressaltando a relevância do debate sobre como decisões de outros países podem refletir sobre indivíduos e empresas no Brasil.

A advogada Lorena Bastianetto abordou o conceito de extraterritorialidade, explicando a evolução do princípio jurídico que permite a aplicação de leis fora do território nacional. "Desde o século XVIII, a territorialidade era algo vinculado quase que de forma absoluta ao exercício da jurisdição. Isso foi sendo flexibilizado, e hoje as presunções a favor da extraterritorialidade são aceitas em diversos sistemas jurídicos", destacou.

Lorena explicou ainda que a aplicação dessas normas se apoie em diferentes princípios, como nacionalidade ativa ou passiva, proteção de bens e pessoas e jurisdição universal, e que legislações como o Foreign Corrupt Practices Act, o Antibribery Act e a própria Lei Magnitsky são exemplos de instrumentos com caráter autoexecutável. "Essas leis não dependem necessariamente de uma denúncia formal para serem aplicadas. Órgãos como o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a SEC possuem autonomia e poder investigativo para impor sanções", pontuou.

A especialista também chamou atenção para a hegemonia do sistema financeiro norte-americano, que amplia o alcance dessas sanções pelo mundo. "Qualquer operação que envolva serviços ou produtos de empresas dos EUA está sujeita às legislações daquele país. Do ponto de vista jurídico, isso não é um critério aceito pelo direito internacional, mas ainda assim é uma realidade", observou.

Em seguida, Gustavo Silva trouxe uma reflexão sobre a inconstitucionalidade e a prática jurídica no contexto brasileiro. "Nunca ganhei um caso em que algum órgão tenha reconhecido a inconstitucionalidade de uma decisão. O princípio da legalidade é essencial no direito penal econômico, mas muitas vezes não é respeitado na prática", comentou.

Para o advogado, o debate sobre leis como a Magnitsky deve ir além da crítica à hegemonia internacional, buscando um equilíbrio entre soberania nacional e cooperação jurídica global. "A tendência de qualquer país é exercer poder. O Brasil também faz isso, por exemplo, com a sua lei anticorrupção. O desafio é criar um ambiente jurídico que concilie soberania, legalidade e democracia, promovendo um diálogo multilateral legítimo", concluiu.

A importância da integração do jovem no mercado de trabalho

CIEE-MG apresenta os benefícios dos programas de estágio e aprendizagem

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico do país. Foi com esse tema que o CEO do Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais (CIEE/MG) e diretor pleno da ACMinas, Kleber Colomarte, participou da reunião do Conselho Empresarial de Micro e Pequenas Empresas da ACMinas, realizada em outubro, destacando as vantagens e a importância do programa de menor aprendiz e o papel da instituição na formação profissional de jovens.

"Quando contrato um jovem, provavelmente no futuro, todo esse aprendizado que ele adquire terá retorno em benefícios para a comunidade ou para a cidade", afirmou Colomarte, reforçando a dimensão social da iniciativa.

O CIEE/MG é uma organização não governamental dedicada à inserção de estudantes no mundo do trabalho por meio de programas de estágio e aprendizagem, sendo hoje a maior ONG do país em oportunidades de ingresso profissional para jovens.

Durante sua exposição, Colomarte explicou que os programas de jovem aprendiz e estágio são vantajosos para ambos os lados.

"O processo de inscrição, registro, documentação e eventual contratação é totalmente gratuito para o estudante. Eles têm acesso a conteúdos de educação financeira, aprendem a aplicar a teoria na prática e desenvolvem competências que levam para o futuro", destacou.

Para as empresas, os benefícios também são significativos: "Elas têm a oportunidade de selecionar e treinar novos talentos, promover uma troca de experiências com os jovens e, em alguns casos, usufruir de incentivos fiscais. Além disso, com o suporte do CIEE, contam com recursos tecnológicos para gestão de pessoas, seguro de vida, segurança jurídica e redução de custos operacionais", completou o CEO.

Outro ponto ressaltado foi a atuação do CIEE como agente de integração, facilitando as contratações e reduzindo a burocracia para as empresas. "Nós fornecemos apoio e assistência jurídica em todo o Estado de Minas Gerais. São detalhes que já vivenciamos há muitos anos e com os quais sabemos lidar", enfatizou Colomarte.

Ao final do encontro, o presidente do Conselho, Edvar Campos, que também integra o CIEE, reforçou o convite para o Café Integração, evento tradicional da instituição que ocorre mensalmente e tem como objetivo aproximar empresas, estudantes e parceiros em um ambiente de troca de experiências e oportunidades.

Empresários precisam se antecipar para enfrentar a Reforma Tributária de 2026

Especialista alerta que 2025 será o ano da preparação estratégica e tecnológica para as empresas que querem chegar prontas ao novo modelo de tributação

A Reforma Tributária, a mais ampla reestruturação do sistema brasileiro das últimas décadas, começa a entrar em sua fase prática. Com a transição iniciando em 2026 e a plena vigência prevista para 2033, a mudança exigirá dos empresários atenção redobrada e planejamento. Para entender os impactos e oportunidades, o Jornal ACMinas conversou com o advogado tributarista e membro do Conselho Empresarial de Assuntos Jurídicos da ACMinas, Dalmar Pimenta, que explica os principais passos que as empresas devem seguir desde já para se adaptar à nova realidade.

- **Quais são os primeiros passos que o empresário deve dar em 2025 para se preparar?**

Entendo que Reforma Tributária não é um evento isolado, mas um processo contínuo e multifacetado que deve ser iniciado imediatamente. Particularmente, entendo que em 2025 os empresários precisam concentrar seus esforços em três pilares fundamentais: entendimento aprofundado da nova legislação, análise do impacto interno em seu negócio e planejamento estratégico e tecnológico.

Embora a EC 132/2023 tenha estabelecido as diretrizes e princípios gerais, os detalhes operacionais e as regras específicas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS) foram definidos pela Lei Complementar 214/25 e, posteriormente, por decretos regulamentadores, que devem ter início neste mês de novembro. Além destes aspectos, teremos ainda as regras específicas referentes à criação do Comitê Gestor do IBS e outros pontos relevantes, os quais aguardam aprovação do PLP 108/2024, que se encontra no Congresso Nacional.

Desta forma, é crucial que o empresário e sua equipe especializada acompanham ativamente essa legislação já posta e o projeto de lei em análise, buscando conhecimento em seminários, palestras e cursos ministrados por especialistas em direito tributário e contabilidade. Isso é fundamental para desenhar e entender detalhadamente como a empresa se insere na cadeia produtiva, desde a aquisição de insumos e matérias-primas, passando pela produção, até a venda final de bens ou prestação de serviços. Isso inclui identificar todos os pontos de entrada e saída de mercadorias e serviços, os fornecedores e clientes, e os vários tipos de transações. Esse mapeamento é essencial para visualizar a geração e o aproveitamento de créditos e débitos no novo sistema de IBS e CBS, identificando gargalos e oportunidades.

Outro aspecto importante é a revisão de todos os contratos de compra e venda, prestação de serviços, locação, distribuição, financiamento e parcerias. O objetivo primordial desta revisão é identificar cláusulas de reajuste de preços, repasse de custos tributários, garantias, indenizações e responsabilidades fiscais. Com a Reforma Tributária, há uma grande probabilidade de que muitos desses contratos precisarão ser renegociados ou adaptados para o novo regime, antecipando os impactos nas relações comerciais e financeiras futuras. É muito importante realizar um levantamento minucioso dos tributos incidentes hoje (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS), suas alíquotas efetivas, bases de cálculo e a forma como impactam o fluxo de caixa da empresa. Essa análise servirá como linha de base para simular o cenário pós-reforma, permitindo quantificar as diferenças na carga tributária total e o impacto no capital de giro.

Empresas que hoje se beneficiam de regimes especiais, tais como Simples Nacional, regimes de tributação monofásica, Zona Franca de Manaus, Drawback e regimes setoriais específicos, precisam analisar como esses regimes serão tratados, substituídos ou até extintos sob a nova legislação. A EC 132/2023 e a LC 214/25 preveem a manutenção de alguns benefícios, mas somente a regulamentação que ainda não foi publicada definirá os

detalhes a serem observados.

É necessário e premente começar a pensar e incorporar os possíveis impactos da reforma tributária em suas projeções financeiras, orçamentos e planos de negócios a partir de 2026 em diante. Isso deve incluir a análise de diferentes cenários para as alíquotas do IBS/CBS e seus efeitos no custo dos produtos/serviços e na margem de lucro. Doravante a análise de sensibilidade será uma ferramenta valiosa.

É preciso verificar se os atuais ERPs, softwares fiscais e sistemas de gestão de estoque e vendas estão aptos a lidar com as novas regras de apuração, emissão de documentos fiscais eletrônicos. A maioria dos sistemas, com certeza, precisará de atualizações significativas, de reconfiguração de módulos, ou até mesmo da sua substituição, exigindo um planejamento de projeto de TI robusto.

É imprescindível as empresas criarem um comitê de trabalho interno dedicado, envolvendo as áreas financeira, contábil, jurídica, de tecnologia da informação, comercial e de suprimentos. Este comitê deve ser responsável por discutir, planejar e coordenar todas as ações de transição, garantindo que as informações fluam e que as decisões sejam tomadas de forma integrada.

"É necessário e premente começar a pensar e incorporar os possíveis impactos da reforma tributária em suas projeções financeiras, orçamentos e planos de negócios a partir de 2026 em diante."

- **Quais setores serão mais impactados?**

A Reforma Tributária, ao transitar de um sistema híbrido (cumulativo/não-cumulativo) para um sistema não-cumulativo, inevitavelmente irá gerar fortes impactos. Entendemos que os setores mais afetados serão aqueles cuja carga tributária atual é distorcida pelos impostos vigentes ou que se beneficiam de regimes específicos, bem como aqueles que têm pouca capacidade de geração de créditos.

Hoje vemos que prestadores de serviços, especialmente aqueles tributados pelo Lucro Presumido, que operam com alíquotas de PIS/COFINS e ISS que, somadas, são frequentemente menores do que a alíquota estimada para o IBS e CBS, que hoje projetamos entre 25-30%, serão muito impactados. Isso porque empresas de serviços geralmente têm uma estrutura de custos com alta proporção de mão de obra e poucos insumos físicos, o que limita sua capacidade de gerar créditos de IBS e CBS.

Empresas nas quais o principal custo é a folha de pagamento, que não irá gerar créditos de IBS e CBS, também tendem a sentir um impacto maior. O IBS e a CBS incidirão sobre o valor agregado, que inclui essa mão de obra, e a ausência de créditos sobre esse componente do custo pode elevar a carga final.

Embora a reforma preveja regimes específicos e tratamento diferenciado para produtores rurais, a transição e a complexidade de adaptação podem gerar desafios ao agronegócio. Produtores rurais que vendem diretamente ao consumidor final ou que operam em cadeias curtas, sem muita geração de créditos intermediários, podem ser impactados. A regulamentação que estão prometendo para este mês de novembro deverá detalhar o tratamento para pequenos produtores e o regime de "cashback".

- **E o que muda na gestão financeira e de preços das empresas?**

Neste aspecto, entendo que as mudanças serão profundas e exigirão das empresas uma completa reavaliação das estruturas financeira, operacional, além das estratégias de precificação. A principal mudança será em termos de fluxo de caixa e de capital de giro, visto a substituição de múltiplos tributos por um IVA dual (IBS e CBS) e o Imposto Seletivo, que possuem um sistema de crédito e débito mais amplo e transparente. Com isso, o imposto pago em etapas anteriores da cadeia produtiva será integralmente recuperado, o que pode melhorar o fluxo de caixa das empresas que hoje têm dificuldade em aproveitar créditos ou que são impactadas pela cumulatividade. Ao contrário, para setores que hoje têm baixa carga tributária ou poucos créditos, pode ocorrer um aumento inicial da necessidade de capital de giro até a acomodação ao novo sistema, especialmente se houver atrasos na recuperação dos créditos. A gestão de saldos credores e o timing da restituição serão críticos.

Também entendemos que a unificação e a não-cumulatividade plena irão reduzir significativamente a complexidade na apuração e recolhimento dos impostos, diminuindo o tempo gasto com obrigações acessórias e o risco de autuações por interpretações diversas da legislação.

As empresas precisarão recalcular seus custos de produção e prestação de serviços, considerando o novo impacto tributário que surgirá com a Reforma Tributária. O processo de precificação não será mais "de baixo para cima", ou seja, custo de produção + lucro desejado + imposto embutido, mas sim "de cima para baixo", preço de mercado - imposto destacado - lucro, em que o imposto

é um valor destacado e não um custo a ser embutido como nos moldes atuais. Como já dito, isso exigirá uma revisão completa das metodologias de custeio e formação de preços.

A maior transparência na carga tributária, com o imposto sendo destacado na nota fiscal, pode acirrar a concorrência. As Empresas que conseguiram se adaptar mais rapidamente, otimizar seus créditos e repassar a alíquota de forma eficiente, sem perder competitividade, irão ganhar vantagem no mercado.

As políticas comerciais, incluindo descontos, promoções, bonificações e as margens de lucro de produtos e serviços, precisarão ser ajustadas à nova realidade tributária. A forma como o IBS e a CBS incidirão sobre descontos e outras reduções de preço deve ser cuidadosamente analisada para evitar perdas de margem ou tributação indevida.

Como simplório exemplo, podemos considerar uma empresa de software que atualmente tem pouquíssimos créditos de ICMS, IPI e um PIS/COFINS com alíquotas reduzidas. Com a reforma, a alíquota do IBS e CBS incidirão sobre o valor total do serviço. Seus custos de salários, que como já dito não geram créditos de IBS e CBS, farão com que o imposto represente uma parcela maior do preço de venda, podendo exigir um aumento de preço ou a redução de margem para manter a competitividade.

"As políticas comerciais, incluindo descontos, promoções, bonificações e as margens de lucro de produtos e serviços, precisarão ser ajustadas à nova realidade tributária."

Por outro lado, uma indústria de autopeças, que hoje gera muitos créditos de IPI e ICMS e lida com a complexidade da substituição tributária, pode ver seu custo tributário final reduzido devido à não cumulatividade e à eliminação de impostos em cascata. Isso pode permitir preços mais competitivos no mercado ou a melhoria de suas margens de lucro.

- **O empresário precisa de apoio jurídico ou contábil para essa adaptação?**

A resposta é sim, de forma integrada e sinérgica! A complexidade e a abrangência da Reforma Tributária exigem uma abordagem multidisciplinar para garantir uma transição suave e eficiente para interpretar as leis complementares e regulamentações, entender seu alcance, identificar lacunas, antecipar riscos e garantir que a empresa esteja em conformidade com o novo arcabouço legal. Isso inclui o monitoramento de decisões administrativas e judiciais que possam surgir.

Essa equipe multidisciplinar será necessária para analisar e renegociar proativamente contratos com fornecedores, clientes, parceiros e instituições financeiras para ajustar cláusulas tributárias, de preço, de reajuste, de responsabilidade e de indenização. Isso é vital para mitigar riscos e garantir a continuidade das relações comerciais sob as novas regras.

Avaliar a estrutura societária e operacional da empresa para identificar a forma mais eficiente de recolher os novos impostos pode envolver a análise de fusões, aquisições, cisões ou a criação de novas entidades.

Será necessário também identificar e mitigar riscos de autuações e passivos fiscais durante e após a transição, estabelecendo um robusto programa de compliance tributário.

Será essencial preparar a empresa para eventuais disputas ou questionamentos sobre a aplicação das novas regras, tanto na esfera administrativa quanto judicial, defendendo os interesses da empresa.

O contador e o consultor fiscal ainda serão as peças-chave na operacionalização das novas regras fiscais, ajustando os sistemas de contabilidade, folha de pagamento e gestão fiscal. Isso inclui a reconfiguração do plano de contas, a criação de novos códigos de tributação e a adaptação dos processos de lançamento e escrituração.

Garantir a correta apuração do IBS, CBS e IS, bem como o correto aproveitamento dos créditos, será um processo mais complexo no início. Isso exige um profundo conhecimento das novas bases de cálculo, alíquotas e regras de não cumulatividade.

Deve-se adequar a empresa às novas obrigações acessórias e declarações fiscais que surgirão, garantindo a entrega de informações precisas e dentro dos prazos. A qualidade dos dados será crucial para evitar inconsistências e autuações.

Realizar simulações de impacto financeiro, análise de fluxo de caixa, projeções de capital de giro e estudos de precificação vão auxiliar na tomada de decisões estratégicas da empresa.

Preparar a empresa para lidar com o volume e a granularidade dos dados fiscais sob as novas regras garantirá a rastreabilidade, a integridade e a conformidade das informações. A implementação de controles internos robustos será essencial.

O cenário ideal é que as equipes jurídica e contábil atuem em conjunto, em um comitê de transição permanente. As decisões jurídicas têm impactos contábeis e operacionais diretos, e a viabilidade contábil e sistêmica deve informar e proceder às estratégias jurídicas. A comunicação constante e a troca de informações entre esses profissionais são cruciais para uma transição bem-sucedida.

- **Há oportunidades escondidas na reforma?**

Muitas! Mais do que "escondidas", há oportunidades estratégicas e estruturais significativas para empresas que forem proativas, souberem transitar pela complexidade da transição e otimizar seus processos sob o novo regime.

A não cumulatividade do IBS e CBS irá eliminar o imposto em cascata que hoje encarece a produção. Empresas poderão reavaliar seus fornecedores, processos de aquisição e logística, buscando otimizar a geração e o aproveitamento de créditos do IVA. Isso pode levar a uma redução significativa dos custos indiretos e à melhoria das margens de lucro. A escolha de fornecedores poderá ser guiada mais pela eficiência e qualidade do que por regimes tributários específicos.

Empresas que conseguirem gerenciar melhor seus créditos e débitos, otimizando sua eficiência tributária, poderão oferecer preços mais competitivos no mercado ou aumentar suas margens, ganhando uma vantagem estratégica em relação a concorrentes menos preparados.

A unificação dos tributos federais, estaduais e municipais em dois impostos, IBS/CBS, reduzirá drasticamente a complexidade burocrática e o número de obrigações acessórias, o que hoje representa um custo significativo estimado em milhares de horas anuais para as empresas. Menos tempo e recursos gastos com o cumprimento de obrigações fiscais complexas irão permitir que as empresas foquem mais em sua atividade principal, inovação, desenvolvimento de produtos e serviços e expansão de mercado.

A simplificação e a maior previsibilidade tributária podem tornar o ambiente de negócios mais atraente para investimentos nacionais e estrangeiros, estimulando o crescimento econômico e a geração de empregos.

A reforma tributária, com certeza, exigirá a digitalização e a automação da gestão fiscal. Empresas que investirem em tecnologias como inteligência artificial e sistemas de gestão de dados fiscais terão uma vantagem competitiva na gestão dos novos impostos, garantindo maior precisão e eficiência. Isso pode, inclusive, gerar um novo nicho de mercado para empresas de tecnologia fiscal.

Da mesma forma, a simplificação e a maior previsibilidade tributária podem tornar o ambiente de M&A mais dinâmico. A menor incerteza sobre passivos fiscais e a maior clareza sobre a carga tributária futura podem facilitar a avaliação de empresas e a concretização de excelentes negócios.

A reforma tributária visa acabar com a guerra fiscal entre estados e municípios, o que significa que as decisões sobre a localização de plantas industriais, centros de distribuição e escritórios não serão mais predominantemente baseadas em incentivos fiscais. As empresas poderão tomar decisões mais racionais, focadas em fatores econômicos genuínos como logística, infraestrutura, acesso a mercados consumidores, mão de obra qualificada e custos operacionais reais, otimizando suas operações e cadeias de valor.

Uma indústria de grande porte, que hoje lida com a complexidade do ICMS de cada estado e a cumulatividade de PIS/COFINS, terá uma gestão fiscal drasticamente simplificada. Os recursos atualmente dedicados ao complexo compliance desses tributos poderão ser realocados para áreas estratégicas como pesquisa e desenvolvimento, inovação de produtos, expansão de mercado ou melhoria da experiência do cliente. Isso não apenas reduzirá custos, mas também impulsionará a capacidade de inovação e competitividade da empresa no longo prazo.

- **Em uma frase: qual é o conselho principal para o empresário que quer estar pronto em 2026?**

Antecipe-se ativamente, compreenda profundamente a nova realidade tributária e utilize esse conhecimento para redefinir estrategicamente sua operação, precificação, cadeia de valor e tecnologia, transformando desafios em oportunidades de crescimento.

Eu, associado

Conheça agora alguns dos nossos associados e suas empresas!

CambioHoje

Com mais de 18 anos de experiência no mercado de câmbio, a CambioHoje é uma empresa especializada em soluções para pagamentos internacionais, atendendo tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Contam com um portfólio completo de serviços e uma rede global de mais de 250 agentes, já tendo operado mais de 1,8 bilhões de dólares em transações.

Com sede em Belo Horizonte, tem forte presença auxiliando empresas que precisem de serviços como importações e exportações, pagamentos de serviços e toda a área cambial. Eles também possuem um "braço" no estado da Flórida (EUA), onde atuam mais com pessoas físicas, na forma de investidores.

"Nosso negócio é auxiliar o cliente no suporte das transações cambiais, desde a escolha dos bancos, até a garantia de segurança das transações. Todo o nosso serviço é digital e em breve também trabalharemos com as stablecoins," comentou o representante da empresa aqui em Belo Horizonte, Marcos Rodrigues Martinez.

Annëmarie Richter T&D

Tendo uma atuação voltada para a gestão de conflitos em ambientes profissionais, ajudando empresas em travessias corporativas, Annëmarie Richter é uma profissional que ajuda empresas e pessoas a passarem pelos conflitos com tranquilidade e soluções eficazes.

Por meio do diálogo e do acompanhamento, a profissional identifica os problemas e fornece soluções para alcançar a resolução. Annëmarie também é palestrante, já criou cursos e escreveu livros sobre resoluções de conflitos para ajudar mais pessoas nesta jornada e compartilhar o conhecimento que adquiriu ao longo da sua formação.

Começando sua carreira como profissional de relações públicas, Annëmarie atuou em diversas áreas da comunicação e posteriormente marketing, para se descobrir na área de gestão de riscos socioambientais. "Essa experiência mudou minha forma de ver o mundo, me mostrou realidades diferentes da minha. Acredito que só existem 3 verdades absolutas na vida: nascer, conflitar e morrer", ela compartilhou.

Comunica Minas

"O comunica Minas é um canal de transformação, comunicação, desenvolvimento pessoal e negócios," explicou Adson Xavier, CEO da Comunica Minas.

A empresa, que atua em marketing estratégico para corporações, tem uma abordagem em 2 pontos: estratégia e produção, divididos entre os irmãos e sócios da empresa Adson e Arthur Xavier.

Com atuação na capital mineira, eles também promovem eventos, podcasts e cursos sobre como impactar mais pessoas e conseguir se comunicar de forma eficiente e potencializar negócios.

ACMinas cast
APRENDA, INSPIRE-SE e CONECTE-SE
com os melhores conteúdos e entrevistas
sobre o mercado empresarial da capital mineira!
ouça agora

Vendas e Liderança em foco no CONVIDA ACMinas Jovem

Palestra de Rafael Kovalski inspira jovens empreendedores em Belo Horizonte

O EVÜ Café & Co., em Belo Horizonte, recebeu, em outubro, o evento CONVIDA, promovido pelo Conselho Empresarial de Jovens da ACMinas - ACMinas Jovem. A edição teve como destaque a palestra de Rafael Kovalski, diretor regional da Ademicon MG/ES, reconhecido nacionalmente por sua trajetória em vendas, liderança e gestão de equipes.

Com mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro e 9 anos dedicados ao setor de consórcios, Kovalski compartilhou sua jornada profissional, destacando como transformar desafios em oportunidades e acelerar resultados por meio de estratégias comerciais eficientes. O palestrante também trouxe insights práticos sobre liderança, gestão de operações e motivação de equipes, ressaltando a importância do foco, da disciplina e da visão de longo prazo.

Além de sua atuação executiva, Kovalski é formado em Administração de Empresas pela Universidade Paranaense e possui uma trajetória esportiva marcante — foi bicampeão mundial de vôlei e hoje é golfista amador, experiências que, segundo ele, contribuíram para o desenvolvimento da mentalidade de alta performance aplicada ao mundo dos negócios.

O encontro reuniu jovens empreendedores, profissionais e interessados no universo empresarial, promovendo networking e troca de experiências em torno do tema "Vendas & Liderança". Ao encerrar sua fala, Kovalski enfatizou o propósito de gerar impacto real e sustentável nas organizações, inspirando os participantes a buscarem grandes desafios e resultados duradouros na construção de negócios mais escaláveis e resilientes.

Estamos preparados para o tsunami digital da Inteligência Artificial?

Luiz Guelman

Presidente do Conselho Empresarial de Inteligência Artificial e Segurança Cibernética da ACMinas

Em 17 de agosto de 1995 — muito antes de a internet se popularizar nos anos 2000 — a CEMIG realizou um movimento visionário: registrou o domínio www.cemig.com.br, o primeiro domínio empresarial do Brasil.

Foi uma decisão preventiva e estratégica, tomada em um momento em que qualquer pessoa podia registrar um endereço digital, desde que ele ainda não existisse.

O caso da COPEL, por exemplo, mostra o risco de quem não se antecipa: a Companhia Paranaense de Energia jamais pôde usar www.copel.com.br, pois uma fábrica de colchões com nome semelhante já havia feito o registro.

Naquela época, o Google sequer existia, e o domínio na internet era — como ainda é — a principal porta digital de entrada para qualquer empresa no mundo. Hoje, três décadas depois, vivemos um novo ponto de inflexão: a revolução da Inteligência Artificial.

E a pergunta que se impõe é a mesma — estamos preparados?

Fascínio e medo: sentimentos da nova era

Estamos adentrando uma era tecnológica que nos fascina e inquieta ao mesmo tempo. Prever o futuro sempre foi difícil — para não dizer impossível —, mas procurar antevê-lo é vital. Como ensinou Darwin, não sobrevivem os mais fortes, e sim os que melhor se adaptam às mudanças. Remar contra a correnteza é perigoso; ignorar a maré, fatal.

Astronautas costumam sentir o mesmo misto de medo e deslumbramento. Certa vez, perguntaram a um deles como lidava com o medo de uma missão. Ele respondeu: "Quanto mais eu estudava e compreendia a sobrevivência no espaço, mais confiante eu ficava — e menos medo sentia."

Com a IA, ocorre o mesmo: o conhecimento é o melhor antídoto contra o medo.

Planejar para não ser planejado

Se o Brasil quiser enfrentar esse tsunami digital, precisa primeiro resgatar o hábito de planejar — uma prática que nunca foi tão enraizada aqui quanto em culturas como a japonesa, a norteamericana ou, mais recentemente, a chinesa.

Durante o período da hiperinflação, perdemos essa capacidade: as empresas mal conseguiam prever o dia seguinte, mas, agora, quem não planeja será planejado.

Planejar, nesse novo contexto, significa compreender profundamente a tecnologia, mapear e selecionar os processos passíveis de automação por IA, identificar as soluções já existentes que podem agregar valor ao negócio, entender os desafios de infraestrutura e custos e acompanhar de perto as regulações que estão sendo definidas.

Quantas pessoas você conhece que já leram o PL 2338/23, o Marco Legal da Inteligência Artificial, atualmente em fase final de aprovação no Congresso Nacional?

Quantas sabem que a multa por descumprimento dessa futura lei pode chegar a R$ 50 milhões? Para muitas empresas, isso poderá significar o fim do negócio.

Aprender a surfar — e não ser engolido

O momento exige educação, participação e colaboração.

Precisamos compreender esse novo mundo tecnológico, participar de palestras, congressos e grupos de trabalho, compartilhar conhecimentos e experiências, identificar oportunidades, aprender a desenvolver e praticar o planejamento estratégico. O tsunami da Inteligência Artificial é inevitável.

Mas, com preparo, conhecimento e visão, podemos aprender a surfar as ondas com prudência e responsabilidade — em vez de sermos engolidos por elas.

O networking da economia mineira antes mesmo de existir essa palavra.

Uma nova marca,
um novo portal,
um novo jornal impresso.
Essencial para entender
a economia e os negócios
em Minas, há 92 anos.

Diário do Comércio

A impressão digital
da economia mineira.